

Novos Sujeitos da Política

Objetivo: desenvolver de forma colaborativa uma nova compreensão sobre quem são os chamados “novos sujeitos da política”: o que fazem, como se comportam e atuam, quais suas narrativas, quais os limites de atuação e como fortalecer o potencial transformador de suas práticas.

Introdução

O Núcleo de Reflexão sobre Democracia, coordenado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade, foi formado em 2015 por atores de diversos campos da sociedade brasileira que atuam em prol do aprofundamento das práticas democráticas na perspectiva da sustentabilidade. Foi estabelecido a partir do processo de elaboração da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, e da reconhecida necessidade de avançar nas discussões e proposições do eixo “Política Cidadã Baseada em Princípios e Valores”, com ênfase nas Propostas de Prioridade Máxima do IDS: “Novo Sujeito Político exige a reforma do sistema” e “Gestão Pública Inovadora e Qualificada”.

Ao refletir sobre o conjunto das propostas constantes nesse eixo da Plataforma, o núcleo identificou que esta discussão deve ter como ponto de partida o reconhecimento que há na sociedade brasileira um processo de questionamento do sistema político atual decorrente de uma grave crise de credibilidade, que requer respostas mais efetivas da sociedade. Esta contestação é gerada pela descrença no funcionamento das instituições, pelo monopólio do poder por legendas partidárias, pelos esquemas de corrupção provenientes das concessões para viabilizar governos de coalizão e pelo fechamento do sistema político em si mesmo. Este é um padrão que precisa ser superado.

E, para isso, o conjunto das propostas terá como base uma construção mais clara e propositiva deste Novo Sujeito Político: há uma ampla dimensão de ações transformadoras que podem surgir a partir de um entendimento mais consistente e aprofundado de ***quem são os sujeitos políticos emergentes, como atuam, quais suas narrativas e significados, e que aspectos de suas práticas podem ser mais amplamente difundidos na sociedade.***

Espera-se que o conjunto de conteúdos, articulações e propostas elaborados nesse processo contribuam efetivamente para:

- A qualificação de políticas públicas que tragam o componente da participação cidadã;
- Gerar subsídios para criação e qualificação de campanhas de educação político-cidadã;
- Ser uma base para programas formativos de novas lideranças políticas;
- Maior capacidade de articulação e incidência política destes novos sujeitos potencializados com base numa narrativa mobilizadora;
- Que os candidatos e políticos eleitos que defendam a sustentabilidade (a partir das eleições de 2016) encontrem subsídios qualificados para abordar esses novos sujeitos em seus programas, campanhas e mandatos.
- Que estudos científicos contem com referencial para aprofundamento sobre os novos comportamentos de sujeitos políticos.

Texto Base – Versão 1.0

Agosto de 2015

Contexto

A crise política está inserida no contexto de uma série de transições estruturantes: a revolução decorrente de maior acesso às tecnologias de informação e comunicação, ampliação do acesso à educação e ascensão econômica de uma parcela da sociedade. Tais transições propiciam a revisão de valores que transformam as formas de se viver em sociedade, a exemplo das questões de gênero, de direito à cidade e de desafios ambientais. Essas são algumas das tendências globais que apontam cada vez mais para sociedade em rede.

Todavia, é possível observar que uma parcela significativa da sociedade não acompanha essas tendências e vive ainda sem condições objetivas de participar efetivamente da esfera pública, por limitações de poder econômico e de acesso aos benefícios das novas tecnologias. Ainda hoje, verifica-se que a exclusão tecnológica afeta ao menos metade da população brasileira e é mais concentrada em classes sociais mais pobres e em regiões periféricas ou rurais. Já o acesso à educação, apesar de ampliado, significou pouco avanço qualitativo, e reforça a necessidade de se fortalecer, também, a formação do sujeito crítico-reflexivo capaz de reconhecer e respeitar seus concidadãos.

Por razões históricas, há despreparo da sociedade brasileira para a atuação democrática na esfera pública. Limites de consciência cidadã, noções de direitos e deveres e entendimento da governança da vida pública são transversais a todas as classes sociais e se impõem como barreira para a participação e pertencimento a nossa sociedade.

Contudo, é possível verificar que há também uma parcela significativa que está insatisfeita e motivada por valores transformadores, indicando cada vez mais uma vontade de agir para mudar esse sistema. É nesse contexto que se formam novos sujeitos políticos. Sujeitos no plural, pois atuam de formas diversas e apresentam narrativas heterogêneas mobilizadas por agendas variadas.

Entendemos que a possibilidade de mudança na política só pode vir da própria sociedade e do esforço dos cidadãos em assumir seu poder transformador. Dessa forma, a proposta deste Núcleo é compreender as atuações e os interesses dos novos sujeitos políticos, criar a sua própria narrativa e dialogar com a diversidade de atores que apontam para o resgate das ações para políticas cidadãs baseadas em princípios e valores democráticos e que visem à sustentabilidade. A partir de nossas experiências de pesquisas e reflexões, identificamos algumas tendências e tipos de comportamentos.

Nesse sentido, nossa proposta é a de dialogar com esses novos sujeitos políticos, com base em algumas condições que possam indicar que:

- suas posturas vão além da “pauta de reivindicações”; ir às ruas e apenas cobrar governantes não é suficiente, e portanto protagonizam novas possibilidades, em diferentes espaços e microcosmos;
- atuam em prol de causas e assuntos específicos, e por vezes locais, mas que respondem diretamente a necessidades vitais da sociedade como um todo e de outras formas de vida;
- defendem soluções de longo prazo por meio de pequenas transformações de curto prazo;
- reconhecem uma dimensão pedagógica na própria ação: educam o mundo e a si mesmos em seu fazer, querem integrar o discurso com a prática;
- vivenciam um processo ampliado de transformação de consciência. O modo de agir reflete a busca por uma existência mais plena; a percepção do seu espaço e da força da coletividade traz uma abertura para o outro em seu modo de *ser*, integrado ao *fazer*;
- buscam se diferenciar (“não me representa!”) profundamente das práticas hegemônicas (hierárquicas, burocráticas, controladoras), organizando-se de maneiras diferentes: horizontais, colaborativas, independentes, alternativas;
- atuam proativamente no cenário de uma sociedade em rede, criando novos espaços que mediam os anseios e ações espontâneos da cidadania com os espaços e poderes públicos (células democráticas);

Acreditamos que o conjunto desses novos sujeitos tem grande potencial para reverter o fechamento do sistema político, arejando a esfera pública com novas possibilidades, para assim avançarmos no processo de aprofundar e democratizar a *democracia*¹. Queremos compreender como esses sujeitos podem superar seus atuais limites de atuação, fortalecendo o potencial transformador dos cidadãos. Como fortalecer o protagonismo desses sujeitos na sociedade brasileira? O que eles precisam para que suas práticas possam se tornar ainda mais efetivas?

O núcleo identifica que tais questões poderão vir à tona num processo que integre a pesquisa, a formação e a ação. Queremos compreender suas narrativas, os sentidos comuns desses sujeitos, as suas culturas e suas formas de organização, num processo que permita identificar com os próprios sujeitos as maneiras de fortalecer suas práticas.

Queremos também, com o conhecimento produzido, investigar: que maneiras inovadoras podem incidir a favor desses sujeitos nas agendas e processos de formulação e implementação de políticas públicas, junto não só ao sistema político de governos e partidos, mas a outras instâncias de organização da sociedade tais como movimentos sociais, fundações, ONGs, conselhos, curadorias etc.

Em suma, pretende-se conhecer o que faz o novo ser político, através de questões como: que tipos de políticas públicas podem fortalecer esses novos sujeitos políticos e quais os sentidos convergentes que existem nas diversas ações que realizam e identificar uma narrativa mais ampla.

¹ Boaventura de Sousa Santos.

Referências

- Bauman, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Castells, Manuel. *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Dertouzos, Michael L. *O que será? Como o novo mundo da informação transformará nossas vidas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- Guzzi, Drica. *Web e Participação. A democracia no século XXI*. São Paulo: Editora Senac SP, 2010.
- Magrani, Eduardo. *Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático*. Curitiba: Juruá, 2014.
- Maia, Rousiley Celi Moreira; Gomes, Wilson; Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- Nobre, Marcos. *Imobilismo em Movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Instituto Democracia e Sustentabilidade. *Plataforma Brasil Democrático e Sustentável*. São Paulo 2014.
- SANTOS. B.S. *Democratizar a democracia – Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.
- Schnitman, D. & Schnitman, S. (org.) *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Atmed, 1999.
- Shirky, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.